

O COOPERATIVISMO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

José Odelso Schneider **

RESUMO

Em face de várias teorias do desenvolvimento, muito em voga em décadas passadas, faz-se menção a algumas teorias que têm afinidades com a visão cooperativa de sociedade e economia. Tendo presentes elementos de tais teorias, procuram situar-se as características específicas da organização cooperativa e suas diferenças em relação à empresa capitalista. Expõem-se, a seguir, as grandes metas do movimento cooperativista, seus objetivos gerais e específicos. Os objetivos específicos apontam para seis aspectos fundamentais de qualquer processo de desenvolvimento, ou de evolução econômica e social, que queira ser integral no plano econômico, social e cultural e em harmonia com o meio ambiente. A seguir, apresentam-se de forma mais detalhada as possíveis contribuições do cooperativismo para um desenvolvimento multidimensional e sustentável, mais participativo, democrático e eqüitativo. Encerra-se o ensaio com a consideração sobre as prioridades futuras do cooperativismo e os principais desafios internos e externos a enfrentar nos próximos anos.

Palavras-chave: Teorias de desenvolvimento - desenvolvimento sustentável - cooperativismo - participação - eqüidade.

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Gregoriana, Roma. Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, Coordenador do Curso de Especialização em Cooperativismo –CESCOOP e da “Série Cooperativismo” nas Publicações Perspectiva Econômica e Cadernos CEDOPE E-mail: odelso@poa.unisinos.br

ABSTRACT

CO-OPERATIVISM AND THE PROMOTION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Among the various theories of development, very active in past decades, we mention some theories that have affinities with the co-operative view of society and economy. Having in mind elements of such theories, we try to situate the specific characteristics of the co-operative organization and its differences in reference to the capitalist enterprise. Subsequently we expose the great aims of the co-operativist movement, its general and specific objectives. The specific objectives point to six fundamental aspects of any process of development, or economic and social evolution, that want to be integral in the economic, social and cultural field and in harmony with the environment. Following, we present in a more detailed form, the possible contributions of co-operativism to a multidimensional and sustainable development, more participating, democratic and equitable. We close this essay with the consideration about the future priorities of co-operativism and the main internal and external challenges to be faced in the coming years.

Key-words: Theories of development – sustainable development – co-operativism – participation - equity.

INTRODUÇÃO

Em décadas passadas, sobretudo a partir de 1950, circulavam muitas expectativas desenvolvimentistas entre os povos da América Latina. Tais expectativas eram alimentadas por várias teorias de desenvolvimento. Subjaz a algumas dessas teorias o mito bíblico do “Paraíso Perdido”¹, ou o mito de uma “Idade do Ouro” que teria existido em remota antiguidade. Geralmente as teorias querem dar respostas universais para o desenvolvimento, como se tal processo pudesse dar-se da mesma forma e intensidade em todos os lugares e em todas as culturas do mundo.

Talvez, essa tenha sido a grande falha de todas ou de grande parte das teorias anteriores. Não respeitavam a realidade das pessoas, das economias locais, das culturas e do meio ambiente de cada região. Hoje, após as frustradas tentativas de explicar o processo de desenvolvimento, próprias de várias dessas teorias, nas décadas de 1950 a 1980, surge uma nova teoria que tenta, mais do que explicar, propor um novo conceito de desenvolvimento que é o de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável-DLIS. Também a recente teoria passa a alimentar expectativas de que em algum futuro de médio ou longo prazo, muitas das expectativas possam tornar-se realidade. Em razão da explanação do tema sobre o possível papel do cooperativismo no desenvolvimento sustentável e multidimensional, tentarei aterm-me a três noções de desenvolvimento cuja referência talvez possa contribuir para entender melhor qual o papel que o cooperativismo pode desempenhar no processo de lutas e conquistas em prol de uma sociedade melhor, enfim, em prol

¹ CASTRO, Horácio Fábio. “Elementos para uma semiótica discursiva do conceito de desenvolvimento sustentável”, in Ver. Estudos V, Goiânia, v.V 28. No. 2, Edit. Universidade Católica de Goiânia, 2000., pp.219-238.

da “ uma sociedade mais desenvolvida”. São conceituações que apresentam bastante afinidade com as propostas sobre o tipo de sociedade e de sistema econômico e social que o cooperativismo quer ajudar a construir.

1. O cooperativismo em face de algumas noções de desenvolvimento.

A primeira das noções é de Pedro Calderan Beltrão, exposta e difundida na década de 60, em plena época de “euforia desenvolvimentista”, então presente em todos os povos da América Latina, também no Brasil. O que dizia Beltrão? Vejamos: “Desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado”².

Pretendo destacar no conceito de Beltrão somente um aspecto e que se refere a algo que está bastante esquecido no intenso processo de globalização que hoje estamos vivenciando. Tornou-se hoje dominante a percepção que, para modernizarmo-nos, para termos acesso rápido a todos os bens e serviços da mais avançada civilização e cultura atual, precisamos deixar-nos influenciar “ por impulsos que procedem de cima para baixo” e “de fora para dentro”. Segundo a concepção presente na globalização, são predominantemente fatores exógenos os que nos conduzem a novos tipos de organização do trabalho, da economia, a processos de qualificação, etc. Sem os estímulos exógenos e que sejam internamente bem assimilados, **permaneceremos estagnados, vegetaremos no marasmo, estaremos condenados à exclusão do mercado mundial.**

² BELTRÃO, Pedro Calderan. Sociologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Edit. Globo, 1965, p. 115.

Ora, Beltrão nos alerta que para um verdadeiro processo de desenvolvimento ser desencadeado, que seja autônomo e adequado à realidade local, urge que seja conduzido basicamente por iniciativas internas ao País. Propõe-se que se instaure, numa região, um mecanismo endógeno de crescimento econômico ao mesmo tempo cumulativo e diferenciado. Nos mecanismos endógenos, estariam presentes, lideranças nacionais e locais em condições de orientar, estimular e direcionar os processo de modernização, de ter as condições para despertar na região e no País as lideranças e os dinamismos que se encontram adormecidos nas comunidades, nas formas de organização econômica, social, cultural, etc. Ajudariam a descobrir e a acionar os recursos e os mecanismos locais e regionais, para iniciar um desenvolvimento, mais influenciado por iniciativas e forças criativas internas, que por paradigmas externos, sem ignorar, porém os últimos.

1.1 O desenvolvimento integral e humano.

O segundo conceito é o de Joseph Louis Lebret, economista e sociólogo, que trata do Desenvolvimento integral e humanizado, conceito também muito difundido a partir de 1960. Várias teorias de desenvolvimento das décadas anteriores tinham uma concepção que mais se aproximava da concepção de crescimento econômico, uma variação apenas unidimensional do processo, com ênfase numa visão exclusivamente produtivista. Por isso, a noção de desenvolvimento continua "subdesenvolvida", porque presa demais à racionalidade econômica. As grandes e variadas riquezas culturais tradicionais foram reconhecidas apenas como ignorância, superstições, idéias falsas ou arbitrárias, mitos sem-fundamento. Não eram capazes de imaginar que continham institui-

ções profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedoria de vida e de valores éticos. Tais raciocínios eram próprios de pensamentos racionalistas fragmentados, redutores e mecanicistas.

Lebret, por meio da sua equipe de cientistas sociais agregados em torno da Escola de Economia e Humanismo, de Paris, propunha um desenvolvimento integral, simultaneamente econômico, social e cultural, ao mesmo tempo preocupado com o aproveitamento dos dinamismos da cultura local, buscando o equilíbrio entre os aspectos quantitativos e qualitativos do desenvolvimento, ou seja, o equilíbrio entre o aumento da produção de bens e de serviços, e sua mais justa distribuição na sociedade.

Lebret expõe algumas exigências dessa noção:

- a) Desenvolvimento é um conceito complexo que inclui uma série de valores. Apresenta analogia com o desenvolvimento da semente em planta, da criança em homem adulto e capaz. A harmonia do crescimento natural, inclui um princípio íntimo de unidade que dirige o crescimento ou a evolução de todas as possibilidades do ser. Significa avançar da direção do ótimo e possuir a medida ótima em todas as fases do crescimento ³.
- b) Os homens sempre estiveram animados por desejos e aspirações para uma condição melhor de existência, no sentido de ter mais, para saber mais, para valer mais e assim, ser mais. Há uma progressão nesses quatro aspectos, que são indicadores da aspiração para o melhor.
- c) Todo processo de desenvolvimento deve cuidar de procurar o constante, embora, às vezes, tenso, equilíbrio entre a dimensão quantitativa e a dimensão qualitativa do desenvolvimento, ou entre os aspectos da expansão e da

³ LEBRET, Joseph Louis. Dinámica concreta del desarrollo. Barcelona: Herder, 1966.

distribuição da riqueza gerada pelo processo de desenvolvimento. O desenvolvimento, segundo tal concepção demanda que uma sociedade não só qualifique o seu sistema econômico para produzir cada vez mais bens e serviços, mas também que haja uma justa distribuição destes, entre todas as categorias e classes sociais.

Por fim, o processo de desenvolvimento integral deve ajudar a criar as condições para que os efeitos do desenvolvimento possam realizar-se NO HOMEM TODO, isto é, em todas as suas dimensões (econômica, social, política, cultural, psicológica, espiritual) e EM TODOS OS HOMENS, ou seja, de forma indiscriminada, em todas as pessoas, independentemente de suas condições de raça, cor, riqueza, religião, conhecimentos, poder, etc. É a proposta da melhoria da qualidade de vida para as pessoas em todas as suas dimensões e para todas as pessoas, indiscriminadamente.

Lebret sugere também que se encaminhe progressivamente as relações humanas para melhores formas de cooperação, de solidariedade e de convivência. Busca eliminar, ou pelo menos atenuar os aspectos desenfreados das relações de concorrência de hoje, segundo as quais o mais forte sempre procura vencer às custas do mais fraco. Lebret chama a atenção para cinco princípios essenciais na concepção de desenvolvimento integral: finalização, coerência, homogeneidade, autopropulsividade e a indivisibilidade⁴.

A concepção desenvolvimentista de Lebret oferece-nos vários elementos importantes para um tipo de processo de desenvolvimento, em que as formas de economia solidária, como as do cooperativismo e de outras formas de associativismo na economia, muito podem contribuir.

⁴ LEBRET, Joseph L. Dinámica concreta del desarrollo, op. cit., pp. 80-89

1.2 Desenvolvimento sustentável ⁵⁻⁶

A mais recente noção de desenvolvimento, que se formulou pela primeira vez no Relatório de Brundtland, em 1975, como resultado do trabalho de uma Comissão da ONU, denominada “World Commission on Environment and Development”, que fala da solidariedade para com as gerações futuras e fornece uma visão complexa e sistêmica sobre as questões ambientais⁷. Esse conceito foi depois retomado na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a presença de 35.000 pessoas, entre delegações oficiais e representantes de ONGs mundiais e 106 chefes de Estado e de Governo.

Na nova concepção de desenvolvimento desejava-se uma fórmula que não ferisse a natureza e não violentasse o ser humano, desta e das gerações vindouras. O avanço no novo conceito de desenvolvimento é a aceitação das diferenças econômicas, ambientais, sociais e culturais, etc. Há a consciência da necessidade de chegar-se a Consensos, que se transformem em regras para serem aplicadas em cada co-

⁵ Agradeço subsídios dados por Ana Lúcia Perón Benevemite, Rubia Venturini Bergami, Luiz Henrique Cordeiro Leal, Marlene Storch Queiroz da Costa, Elizabeth de Souza Amaral e Lizete de Souza Rodrigues, Jussara Martinelli Miranda, Rosane Maria Munhoz, César M. Rodrigues e Maristela Pereira Guasti, no trabalho da disciplina de Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável, do Curso de Especialização em Gestão Cooperativa da Universidade Federal do Espírito Santo, em abril de 2001.

⁶ Este conceito, difundido a partir do Congresso Mundial de Cúpula sobre o Meio Ambiente em 1992 no Rio de Janeiro, foi posteriormente aprovado no Congresso Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizado em Copenhague, em março de 1995, e então firmado por mais de 100 chefes de Estado e de Governo.

⁷ CASTRO, Fábio Horácio, op. cit. p. 225.

munidade e região.

À semelhança da concepção de Lebret, na presente noção, o desenvolvimento deve ser pensado de forma integral. O desenvolvimento deve constituir-se como um todo, com transformações nas dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas. A racionalidade do mercado que subordinava todas as dimensões do desenvolvimento à sua dimensão econômica, passou a ser questionada mediante a apresentação de concepções que consideram a necessidade de repensar o padrão de produção e de consumo dominante, que não se preocupa com a sustentabilidade, com vistas à viabilização da vida para as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável internalizou politicamente a ecologia, tendo introduzido na perspectiva da economia política, a dimensão ambiental. Por isso, segundo Negret “O desenvolvimento sustentável constitui uma visão crítica dos modelos tradicionais de desenvolvimento ante a necessidade de garantir a continuidade da vida na Terra, em termos gerais e a qualidade da vida, em particular, para a comunidade humana”. (Negret, 1994, 143-4).

O conceito de sustentabilidade harmoniza-se com o desenvolvimento local, já que seus meios e fins variam conforme as condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais, tanto nos âmbitos regionais como locais que determinam as limitações e oportunidades disponíveis para as atividades.

A terceira noção de desenvolvimento, à semelhança da segunda, igualmente apresenta uma série de aspectos, que muita afinidade têm com a proposta defendida pelo cooperativismo, em prol de um processo de desenvolvimento e de um sistema econômico alternativo ao do sistema econômico hoje dominante. Essa noção, que é a do Desenvolvimento sustentável, tende a desdobrar-se em cinco níveis de

realização. É um processo de desenvolvimento que requer ser :

- Economicamente viável, eficiente e eficaz, e adequado à realidade local.
- Socialmente justo, participativo, solidário e eqüitativo;
- Politicamente democrático e participativo.
- Constantemente vigilante em prol da preservação do meio ambiente.
- Culturalmente plural.

Nos vários enfoques abordados sobre o desenvolvimento sustentável, pode haver até uma concepção de caráter híbrida, com um gênero, ao mesmo tempo, utopista, político e científico.

Processo econômico-social idealizado ou não, discurso utopista ou não, o desenvolvimento sustentável tem servido a inúmeras especulações conceituais. Redclif (Apud Monteiro da Costa, 1997) inventariou cem versões desse conceito ⁸. Aparentemente, essa indiscriminada proliferação deve-se à instrumentalidade ética do conceito ⁹ que faz dele o que o transforma num signo carismático. Sua instrumentalização o faz prestar-se, polivalentemente, ao paradigma da ecologia social, da tecnologia e do desenvolvimento, transformando-o em símbolo de consenso, o consenso possível e desejável na sociedade capitalista multipolar.

Um autor, que tem uma elaboração recente sobre desenvolvimento sustentável, THIELEN ¹⁰, observa: “A economia jamais será um objetivo ou uma meta em si; deve sempre permanecer como meio para outros objetivos e subordinada

⁸ MONTEIRO DA COSTA, J.M. “O desenvolvimento sustentável. Belém: Ed. da UFPA, 1997, apud CASTRO, Fábio Horácio, op. cit. p. 221.

⁹ CASTRO, Fábio Horácio, op. cit. p. 221.

¹⁰ THIELEN, Helmut. Ecologia Crítica, - Conviver e cooperar com a natureza. São Leopoldo: Edit. Unisinos, 2001, p. 37.

a eles. Na história do homem, as principais economias da modernidade, o capitalismo e o estatismo como maneiras diferentes e semelhantes de uma idolatria econômica, são exceções que devem e podem ser superadas sem qualquer retrocesso ou regressão, numa *sociedade ecocomunitária*".

Mais adiante, ao tratar da relação entre um desenvolvimento sustentável do ser humano e da natureza, revelando sua visão que beira à utopia nas relações entre o homem e a natureza, declara: "O desenvolvimento do meio ambiente natural, enquanto proteção e uso sustentável da natureza e dos recursos naturais nela inseridos, é ao mesmo tempo, um pressuposto para o desenvolvimento sustentável do ser humano e uma dimensão da realidade, na qual se expressa esse desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável do ser humano, (...) é vinculado dialética e dialogicamente com o desenvolvimento sustentável de sua relação com a natureza, do meio ambiente natural, como co-vivência e amizade com a natureza. Uma vida do ser humano em paz consigo mesmo e nas suas relações sociais, teria como consequência uma vida em paz com a natureza, reconciliada com ela e vice-versa: a paz com a natureza sensibilizaria o ser humano para a necessidade e a possibilidade de viver em paz consigo mesmo e com o outro. Ao ser humano, sem desenvolvimento de uma cultura humanista, inclusive uma ética pessoal e social, falta a sensibilidade de poder respeitar a natureza. A reconciliação e a paz com a natureza fundamentam-se na reconciliação e na paz entre os seres humanos, e vice-versa" (Thielen, 2001, 41).

Para a efetivação de tal concepção de desenvolvimento, que envolve aspectos individuais, sociais e culturais, numa respeitosa interação entre pessoas, grupos e o meio ambiente, Thielen prevê a possibilidade do surgimento de uma federação de comunidades, descentralizadas e vinculadas em redes, como democracia mais livre, justa e efetiva que a

existente. "O sistema institucional desta nova democracia tem no seu cerne, uma estrutura verdadeiramente democrática da economia, como alternativa, tanto do capitalismo, como do estatismo, e, portanto, anarco-comunista" (Thielen, 2001, 43). Nestas comunidades em redes, teriam um grande peso as formas ecológicas de economia agrária vinculadas a centros urbanos médios e às formas ecológicas de produção industrial em pequena e média escala. Tais modalidades permitiriam formas mais adequadas de vida social do homem consigo mesmo e com a natureza.

A extensão do presente ensaio não permite penetrar mais nos diversos ângulos da discussão sobre as várias concepções de desenvolvimento sustentável. Supondo como aceitas as premissas básicas do desenvolvimento sustentável, entendemos que no seu processo, conviria ter presentes os cinco níveis ou planos de realização mencionados em parágrafos anteriores.

Feitas as várias e breves considerações sobre conceitos de desenvolvimento afins à filosofia, à visão de sociedade e de sistema econômico que o cooperativismo tem condições de ajudar a instaurar nas nossas sociedades, cabe agora a pergunta: Em que o cooperativismo pode contribuir para implantar um processo de desenvolvimento, de promoção econômica e social, que seja realmente em benefício das reais necessidades da maioria das pessoas de uma sociedade e numa interação respeitosa com o meio ambiente?

Vamos, a seguir, tentar entender como e porque o cooperativismo, nos seus mais diversos ramos, pode contribuir em prol de um processo de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento que, ao mesmo tempo, se torne eficiente sistema produtor de bens e de serviços e também con-

¹¹ TESCH, Walter. A estratégia do cooperativismo no desenvolvimento local. Disponível no : <http://www.ondastanet.com.breco2001tema2.htm>.

tribua para instaurar mecanismos de justa e plena distribuição das riquezas geradas. Ora, segundo o líder paulista do cooperativismo do trabalho Walter Tesch, "o cooperativismo viável é aquele comprometido com as pessoas, a comunidade e com a noção de territorialidade. Esse é o cooperativismo que faz contraponto com a globalização excludente"¹¹ Por isso, vamos dedicar-nos a expor algumas das funções do cooperativismo. Tais funções são decorrentes da natureza dos seus valores, princípios e normas e, principalmente, de um projeto de sociedade e de economia que quer ajudar a construir. Vejamos primeiro alguns aspectos introdutórios.

2. As características específicas da empresa cooperativa

2.1. A natureza da organização cooperativa é de dupla dimensão: econômica e social. Na dimensão econômica, ela é uma empresa que, enquanto tal, deve ser racional, eficiente, eficaz e efetiva. Na sua dimensão social, ela é uma associação de pessoas que constituem uma empresa para estar a serviço da satisfação de suas necessidades.

2.1.a) Tal associação não constitui uma empresa para explorar outros, mas para prestar serviços, em primeiro lugar a seus associados, e depois, à comunidade. Ambos os componentes, intimamente ligados e interdependentes, constituem a razão de ser desse sistema de empresa. O êxito da cooperativa depende da equilibrada, mas, às vezes, tensa e difícil consecução dos objetivos econômicos e sociais.

2.1.b) O associado deve participar com os demais cooperados na definição dos objetivos da organização, na indicação de suas prioridades, na escolha e no controle dos dirigentes, no acompanhamento da máquina administrativa, na assunção

dos riscos e dos êxitos da organização. Como usuário, o associado deve ser leal, fiel nas suas operações com a cooperativa, não entregando a produção, não comprando ou não usando serviços da concorrência quando a própria cooperativa oferece os serviços de que o associado necessita.

2.2. A empresa cooperativa e sua filosofia inserem-se num sistema econômico e social mais amplo, o capitalista neoliberal, cuja filosofia calcada na concorrência, situa-se no oposto da cooperação e da solidariedade. Mas a cooperativa, inserida de forma ativa no sistema capitalista, embora não coincidindo com este, está obrigada a produzir resultados para sobreviver. O mercado, com suas regras de jogo, tolera unicamente as empresas exitosas cujos resultados se medem em termos de excedentes e de benefícios.

3. Diferenças da cooperativa em relação à empresa capitalista.

-Umas são de tipo legal e estatutário, específicas do cooperativismo, como por exemplo: o contrato de sociedade, da participação igualitária no capital, do poder igualitário na assembleia geral (uma pessoa = um voto) e da participação equitativa nos resultados proporcionada segundo as operações.

- Outras dizem respeito à forma ou ao estilo de gestão da empresa e à articulação de seu sistema de organização.

3.1. A essência da cooperativa é definida pela participação.

Esta unicamente se torna possível por meio de uma organização que, para funcionar coerentemente, deve ser concebida e gerenciada com um estilo adequado: é um estilo

participativo, de consulta às bases associativas para saber suas aspirações, suas necessidades, seus objetivos e prioridades.

Estruturar a empresa é gestioná-la de forma participativa, mas também acompanhada dos adequados canais de fiscalização e monitoramento permanentes. Supõe estabelecer uns canais mediante os quais flua a informação e a comunicação, para que o associado, real dono e usuário da organização, tenha as condições de participar competentemente no processo decisório, escolhendo de forma livre seus dirigentes, mas também os monitorando de forma qualificada. Supõe, portanto, articular um sistema de tomada de decisões que aproveite todos ou a maior parte de recursos e conhecimentos de que dispõe a organização, e que normalmente estarão dispersos entre seus componentes.

4. As grandes metas do movimento cooperativista

O cooperativismo é imprescindível numa visão alternativa ao desenvolvimento capitalista neo-liberal em curso, porque quer com seus métodos próprios servir a seus membros e à coletividade inteira. Por isso, a cooperação tende a transformar a organização econômica e social do mundo. (LAMBERT, Paul, 1975, 270-275) Porém, os métodos próprios inspiram-se num conjunto de objetivos que são específicos do cooperativismo.

Ou, na expressão do cooperativista canadense, no Relatório para o XXVII Congresso da ACI em Moscou em 1980: "As cooperativas não-satisfeitas em apenas ser empresas comerciais viáveis, também buscam influir no plano social, por isso, são as mais interessantes formas nos dias de hoje." E continua: "O sistema cooperativo não poderá assegurar no futuro o seu desenvolvimento satisfatório, se não conseguir, em cada país, impor-se como um setor da

economia nacional” (LAIDLAW, 1980.).

Portanto, o cooperativismo deverá empenhar-se para conquistar cada vez mais espaços econômicos e sociais aos sistemas econômicos concorrentes, afim de tornar-se um sistema predominante, embora não-exclusivo. E o século XXI, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e eqüitativo, em nome da sobrevivência da humanidade, terá que ser mais respeitoso para com o meio ambiente ecológico e social. Para tanto, terá que valorizar mais as formas solidárias e de ajuda mútua na solução dos grandes desafios futuros da humanidade.

As cooperativas são empresas, dirigidas e controladas democraticamente pelos usuários de seus serviços e/ou pelos trabalhadores ou prestadores de serviços. Cobrem especialmente as necessidades manifestas da população, formando comunidades locais e integrando-as em nível regional e nacional.

4.1. Objetivos Gerais do Cooperativismo

4.1.1) A contribuição do cooperativismo em prol da sociedade:

As cooperativas são entidades em condições de construir um sistema econômico de participação responsável. Integram as diferentes camadas e setores da população, prescindindo desta ou daquela ideologia política e da riqueza pessoal de seus associados.

Sua atuação tenta conduzir a um desenvolvimento integral do País, sobre a base de uma estrutura descentralizada e participativa, orientando-se segundo as normas da justiça social, eqüidade, dignidade humana e eficiência econômica. As cooperativas pretendem acelerar e equilibrar o desenvolvimento econômico e social em benefício de seus

associados

4.1.2) A contribuição do cooperativismo em prol dos associados:

A razão de ser das cooperativas é a de melhorar a situação econômica, social e cultural de seus associados. Havendo a obrigação de cumprir esse desejo dos associados, as cooperativas buscam constantemente uma melhoria de sua eficiência. Devem ser eficientes na prestação de serviços e na satisfação das necessidades dos associados, para serem mais eficazes e assim, realizarem seu grande papel social.

4.2. Objetivos específicos do cooperativismo.

O promotor de cooperativismo deve conhecer os objetivos específicos ou mediatos da cooperação e tê-los presentes em seu trabalho de cada dia. Induzir as pessoas a praticar a cooperação em seus diversos aspectos, às vezes, pode ser desalentador, mas isso se vê de maneira distinta, se compreendermos o significado das cooperativas.

Em especial, nunca deve pensar-se que “as cooperativas são um de tantos tipos de empresa comercial”. Tem-se uma perspectiva exata do trabalho de educação/capacitação cooperativa, somente quando se considera a realização conjunta dos seguintes objetivos específicos do movimento:

4.2.1 A elevação do nível de vida

-A cooperação é um sistema econômico cuja base é a justiça nas transações comerciais e na prestação dos servi-

ços.

-As cooperativas evitam a exploração dos associados mais fracos da organização.

4.2.2. Instrumento de educação

- Uma boa cooperativa realiza sem cessar um trabalho de educação entre seus sócios; por exemplo, as cooperativas de crédito ensinam a utilizar corretamente o dinheiro e a poupar parte da renda hoje, para usufruir de seus benefícios amanhã, as de consumo instruem os associados quanto à seleção de suas compras e ao valor real das mercadorias, as de comercialização ensinam aos produtores os melhores métodos de produção e as de trabalho ensinam a evitar a exploração/dominação e a obter uma justa remuneração pelo trabalho realizado.

- Em toda boa cooperativa, aprende-se cada dia algo, pelo simples fato de ser associado e realizar alguma operação com ela.

4.2.3. Escola de vida democrática

-O movimento cooperativo baseia-se em princípios democráticos e guarda assim o devido respeito aos direitos e às necessidades do indivíduo.

- Uma boa organização cooperativa segue normas democráticas e participativas em suas reuniões, na definição das políticas e suas prioridades, na designação para os cargos, no controle sobre a execução das decisões tomadas e sobre a própria administração.

- Ensina a respeitar e a apoiar os dirigentes eleitos.

- Qualquer programa de desenvolvimento sustentável tem que partir do princípio de que algo só pode alcançar um patamar satisfatório, se algumas lideranças do grupo ou da comunidade servirem de catalisadores para as propostas de processos de desenvolvimento sustentável. Esta perspecti-

va democrática deve permear qualquer prática cooperativa. Para construir sistemas cooperativos locais fortes, e parcerias exitosas com o poder público local, é preciso o estímulo e o acompanhamento de lideranças cooperativas dinâmicas e decididas.

4.2.4. Centro de harmonia social

- Na vida moderna recente proliferam as rivalidades sociais: a população urbana contra a rural, os consumidores contra os produtores, o trabalho contra o capital, o prestador de serviços contra o usuário dos serviços.

- E particularmente nos países do Terceiro Mundo se generaliza cada vez mais o descrédito na classe política, prolifera a corrupção, a violência urbana e rural.

- Há antagonismos de religião, de castas, de etnias, de raça, de profissão. As cooperativas tendem a diminuir a tensão e ajudam a uns e a outros a encontrar uma comunidade de interesses que os motive a atuar unidos.

- As cooperativas ensinam-nos que dependemos uns dos outros, que todos necessitamos de nossos semelhantes e que devemos trabalhar juntos, canalizando nossas energias e conhecimentos em favor do progresso social.

4.2.5. Promove objetivos culturais e espirituais

- A luta pela vida em um mundo entregue à concorrência desenfreada e impiedosa, leva a que em todas as épocas da história, a existência seja menos nobre e bela. O cooperativismo, enfatizando a cooperação e a solidariedade, realça as melhores qualidades do homem e o eleva a um plano superior de vida.

- Muitas pessoas e nos países do Terceiro Mundo, a maioria das pessoas somente conhecem a pobreza, a insegurança, a exploração e a violência. A cooperação, em especial quando conduzida mediante sociedades e empresas coo-

perativas, pode derrubar os obstáculos que impedem uma vida melhor.

- No célebre relatório de LAIDLAW, ao tratar dos oito importantes ensinamentos para o futuro do cooperativismo, declara nos dois primeiros: "1 - É indispensável ao Movimento Cooperativo anunciar sem ambigüidades e divulgar teorias, convicções, critérios éticos fundamentais dos quais ele se diz portador e sobre os quais repousa o seu funcionamento. 2 - Os princípios da cooperação deverão ser formulados enquanto preceitos fundamentais e não apenas como regras de funcionamento, e erigidos como máxima universal do Movimento aplicáveis sem exceção, a todas as categorias de cooperativas". (LAIDLAW, 1980, p. 53.)

4.2.6 O cooperativismo contribui de forma específica no plano econômico:

a) Dinamiza a concorrência e regulariza os preços. Essa função as cooperativas a cumprem no setor de distribuição, com a intenção de beneficiar seus usuários associados, o que indiretamente traz vantagens para toda a sociedade.

b) Racionaliza e incentiva a produção: Por exemplo, as cooperativas de serviço podem motivar seus associados a melhorar a produção quantitativa e qualitativamente, entregando-lhes melhores insumos. Ao ajuntar produtores isolados em cooperativas de produtores, estas criam as condições para obter economias de escala. Finalmente, cooperativas de industrialização (beneficiamento do leite, da uva, etc.) permitem premiar os esforços dos produtores individuais, abrindo-lhes novos mercados.

5 O cooperativismo e indicadores de desenvolvimento multidimensional e sustentável.

Não será pelo simples fato de criar-se uma organização

cooperativa, que ela contribuirá automaticamente para o desenvolvimento sustentável de uma região ou de um país. Sua *associação de pessoas* precisa ser dinâmica, solidária, democrática, participativa, transparente, justa e fiel nas operações com a entidade, inspirada nos valores e nos princípios da cooperação. Por outro lado, na sua condição de *empresa*, precisa mostrar racionalidade, eficiência, eficácia, qualificação e disciplina no trabalho, abertura e rapidez na assimilação de novas tecnologias, para dar sua efetiva e variada contribuição ao processo de desenvolvimento.

Quando as condições anteriormente mencionadas se verificarem, pelo menos de forma razoável nas organizações cooperativas, são múltiplas as contribuições que o cooperativismo poderá prestar ao processo de desenvolvimento. Entende-se por desenvolvimento não apenas como um mero crescimento econômico, de variação unidimensional, mas, sim, como *processo de transformação multidimensional* a influir e a transformar simultaneamente todos os aspectos e setores de uma sociedade, ou seja, os setores econômico, social, político, cultural e espiritual de um povo e numa perspectiva de preservação do meio ambiente. Eis as principais contribuições¹².

5.1 Contribui para a construção da democracia política mais estável e eqüitativa. Democracia que permita não apenas a igualdade nas oportunidades, mas também uma relativa igualdade nos resultados do desenvolvimento. O princípio democrático básico do cooperativismo - uma pessoa , um voto - e as diversas instâncias de participação, refletem o aprofundamento e a preservação das práticas democráticas

¹² NAVAS VEGA, Daniel. "Perspectivas de desarrollo futuro del cooperativismo en un periodo de crisis y transformaciones politicas, economicas y sociales". Santiago: ICECOOP, 1986, pp.1-19.)

e evitam as práticas autoritárias que se quer erradicar.

5.2 O cooperativismo postula um modo de gestão da mudança diferente, produto de múltiplas organizações de base e tendentes à máxima difusão e democratização do poder. A definição básica de uma cooperativa é ser uma empresa participativa e de gestão democrática. Suas instâncias de poder manifestam o respeito às decisões do coletivo associado (nas assembléias gerais, no conselho de administração e fiscal), que exigem uma participação real e não apenas formal.

5.3 Fomenta a redistribuição do poder econômico e da renda desde os grupos de altas rendas a setores de baixa renda. Em face de um capitalismo concentrador/excludente de renda, de poder e de domínio do conhecimento, o cooperativismo visa a ser eminentemente democrático e pluralista também nas questões relativas à riqueza e à propriedade¹³. Em várias teorias desenvolvimentistas do passado, os indicadores de crescimento econômico tornaram-se centrais. Por meio do cooperativismo, os indicadores de equidade social e de qualidade de vida destacam-se. Pois, “o crescimento econômico não produz por si só melhorias nas condições de vida, através do que se denomina “efeito derrame”, (pois) é preciso investir diretamente nas pessoas, obtendo melhorias imediatas na saúde, na educação e na

¹³ Dados indicados pelo economista Sachs em 1993 demonstram que os países desenvolvidos consomem a produção mundial de 72% do leite, 64% da carne, 81% do papel e papelão, 86% do alumínio, 86% do cobre, 80% de ferro e aço, 87% dos produtos químicos e 92% dos automóveis. Estes dados demonstram como é concentrador, predatório e excludente o modelo vigente, pois, 25% da população mundial consome 80% dos bens e das mercadorias produzidas no mundo.

seguridade social”¹⁴.

5.4 Promove a redistribuição e descentralização da renda em nível regional. Em consequência da norma da igualdade de voto, graças também à norma da distribuição das sobras na proporção das operações, por causa também da participação das cooperativas singulares nos excedentes de suas cooperativas centrais, o cooperativismo tem-se mostrado eficiente mecanismo de distribuição regional da renda. Cada associado e cada cooperativa deseja o crescimento do seu patrimônio no próprio local ou na região onde vive e atua. Geralmente, uma cooperativa de produtores rurais paga melhor ao produtor rural que a concorrência, uma cooperativa de consumo cobra menos pela mercadoria vendida, ou também a cooperativa paga mais impostos que empresas concorrentes do mesmo porte. Por isso, elas permitem reter mais renda no bolso do cooperado ou na economia da região, e que será reaplicada preferentemente na região onde os associados moram e trabalham (BOGARDUS, 1964, 71, 40, 44, 64-68, 204, 211-216.) Por isso também as cooperativas são contra os monopólios. Onde são fortes, impedem a formação de monopólios, o que contribui para o fortalecimento da democracia econômica.

5.5 Conseqüentemente, o cooperativismo contribui para o desenvolvimento local, e ao fazê-lo, pode criar unidades competitivas na base da cooperação, potencializando pequenos produtores ou industriais, para se inserirem no mercado globalizado de forma competitiva, o que se tornaria inviável no plano individual. E devido à natureza específica de sua organização, pode contribuir igualmente para a formação do

¹⁴ CORAGGIO, José Luiz. “ Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado”. Revista PROPOSTA, No. 72, março/maio de 1997, pp. 31-38.

capital social, que é um dos indicadores da prosperidade econômica. Desde a perspectiva local é que os problemas são melhor identificados, permitindo encontrar a solução mais apropriada, pois os diagnósticos estão mais próximos da comunidade, possibilitando o atendimento mais adequado das necessidades da comunidade local e regional. Por outro lado, é considerando os problemas desde a perspectiva local, que se pode aproveitar melhor as potencialidades e as habilidades locais. Porém, não basta acometer os problemas apenas desde o âmbito local e de base. Importa que as iniciativas locais se insiram dentro de uma política de interdependência com outras localidades e regiões, através da construção de redes que possam interagir no plano político, econômico e social. Que as políticas locais nos diversos setores de atuação, possam inserir-se em políticas públicas regionais e estaduais. Somente, agindo de forma integrada com outras organizações civis locais e de base e destas em parceria com os poderes públicos locais e regionais, é que se poderá desencadear um potencial de iniciativas e de políticas que passem a atender as reais necessidades da população. E embora atentos às tendências do mercado, não se recomenda seguir servilmente sua lógica que é a do lucro, mas a lógica da prestação de serviços aos cidadãos.

5.6 Postula a autonomia em relação ao Estado, não no sentido de opor-se a ele, mas para ver respeitada a identidade específica da organização cooperativa, que quer ser livre, criativa e autônoma. Opõe-se ao protecionismo, à dependência paternalista em relação ao Estado. O Estado deve estimular o cooperativismo, ser leal parceiro do cooperativismo, nunca ser o seu patrão, nunca instrumentalizar as cooperativas para suas políticas conjunturais, transitórias, como foi antes da nova Constituição de 1988. A parceria significa conhecer-se, estar juntos em atividades em prol da comunidade.

de. Implica o entendimento em torno de finalidades comuns, num clima de confiança mútua. A vivência da autonomia assegura um cooperativismo mais autêntico no futuro, mais senhor de si durante a evolução e não tão dependente das políticas conjunturais dos governantes de turno. É dentro de um clima de respeito mútuo que o cooperativismo pode construir um marco adequado para o desenvolvimento local. A autonomia lhe permite transcender situações conjunturais, possibilitando sua participação mais efetiva na construção de um movimento social efetivo. Porém, freqüentemente o Poder Público não parece ter interesse em constituir sistemas cooperativos locais fortes, pois quando dá apoio, o faz de maneira tímida. Diversos projetos governamentais resultam em fracasso devido a um acompanhamento insatisfatório e à falta de recursos para uma política de continuidade. Não fosse a ativa participação de entidades da sociedade civil e a determinação dos cooperativistas, quanto à prática cooperativista fundamentada no desenvolvimento sustentável, muitos programas em andamento, já teriam naufragado antes mesmo de iniciarem suas atividades.

5.7 Contribui, por meio da sua visão educativa para uma disciplina social e solidária: a educação cooperativa exclui toda consideração alheia aos fins da entidade. Fomenta a ação coletiva em torno da satisfação das necessidades básicas, produzindo uma ação consensual entre indivíduos de diversas ideologias, crenças, orientações políticas ou pensamentos. Poderá contribuir ativamente com essa visão pedagógica em prol de um pacto social, destinado a dar estabilidade a um processo de democratização e de fortalecimento da economia e da sociedade.

5.8 Fomenta um esforço de poupança social nacional, evitando depender demasiado de recursos de terceiros, tanto

nacionais quanto estrangeiros, para a promoção econômica das maiorias mais pobres. Porém, até agora em muitos países o cooperativismo tem sido pouco eficaz na implantação de sólidos processos de autocalcapitalização e de um eficaz sistema financeiro próprio.

5.9 O cooperativismo muda a ênfase individualista e competitiva do desenvolvimento por uma responsabilidade compartilhada em prol de um futuro mais humano, solidário e coletivo.

5.10 Colabora para a expansão do mercado interno. A criação de um mercado interno é a chave para uma dinâmica endógena de expansão e crescimento. As cooperativas, orientadas fundamentalmente para a prestação de mais e melhores serviços e não pelo lucro, constituem-se em importante instrumento para melhorar, diversificar e ampliar o mercado interno.

5.11 Estimula um crescimento auto-sustentado. Trata-se de utilizar produtivamente o excedente efetivo subjacente em nossas economias e não esbanjá-lo em um consumismo exagerado. A meta da destinação reprodutiva do excedente coincide plenamente com o conceito que o cooperativismo sustenta. O excedente cooperativo não se deve orientar para o consumismo ou a acumulação de lucros, mas para a busca progressiva da melhoria da produção e dos serviços, em benefício da comunidade.

5.12 É importante instância na geração de empregos produtivos. Em países com elevadas taxas de desemprego, constitui uma prioridade básica encontrar trabalho para milhões de desempregados e subempregados. Isso requer capacitação, a adoção de tecnologias adequadas à nossa

realidade e ao nosso potencial de recursos financeiros, que sejam mais intensivas de trabalho, não apelando indiscriminadamente à automação produtiva. Tecnologias que requerem uso intensivo de capital, só nos setores de ponta, que requerem a mais avançada assimilação tecnológica, para manter a competitividade no mercado.

5.12.a) Nesse sentido, as cooperativas em geral e em particular as pequenas e médias cooperativas de produção industrial e artesanal, as cooperativas de reforma agrária, são importantes mecanismos para a geração de empregos. Realizam-no, a um custo bem inferior que os exigidos para a geração de empregos em grandes indústrias, altamente automatizadas.

5.13 Diminuem as heterogeneidades e fomenta a construção de equilíbrios básicos. O cumprimento desse objetivo, requer a realocação do excedente em direção aos setores mais marginalizados. Isso requer mudança significativa nas políticas públicas, em geral mais sensíveis aos interesses do grande capital e não dos pequenos. A existência de organizações produtivas de solidariedade e auto-ajuda como as cooperativas, representam um reforço e uma potenciação desse objetivo.

5.13.a) Requer-se uma melhor orientação dos recursos escassos, mediante a canalização das demandas e uma melhora dos níveis de eficácia e eficiência mediante a aplicação do princípio da participação. O apoio tecnológico e financeiro para o investimento produtivo nos setores mais pobres, pode canalizar-se por meio

das cooperativas, em especial nos setores rurais tradicionais.

6. As cooperativas e as prioridades futuras

Alexander Laidlaw, cooperativista canadense, traçou para as duas últimas décadas do século XX uma série de prioridades que continuam atuais também no novo século e no novo milênio no qual ingressamos. Segundo ele, cabe ao cooperativismo realizar escolhas importantes na busca de soluções para os graves desafios presentes e futuros da humanidade ¹⁵.

Eis o elenco das prioridades:

- Como primeira prioridade, fomentar cooperativas que contribuam para alimentar os que tem fome. Estes chegam hoje a um contingente de aproximadamente um bilhão de pessoas cronicamente subnutridas e/ou com fome. E o modelo concentrador e excludente hoje em curso, que opta por crescente automação e informatização dos processos produtivos, lançando milhões no desemprego, acentua o processo de fome. Nesse sentido, as cooperativas de produção de alimentos, deveriam ter e estimular seus centros de pesquisa, para desenvolver a produção de alimentos saudáveis, num enfoque agroecológico e voltado para a agricultura familiar, pois, segundo dados do INCRA, 81% dos produtores associados a cooperativas agropecuárias, são produtores que possuem até 100 ha. Em nome de uma segurança alimentar, não é conveniente que o domínio da agroecologia e dos seus necessários insumos permaneça sob o controle quase exclusivo das multinacionais da área

¹⁵ LAIDLAW, Alexander F. As cooperativas no Ano 2.000 - Relatório da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, XXVII Congresso de Moscou, 1980. Belo Horizonte: Edição da OCEMG, Coleção Ato Cooperativo N° 1, s.d., pp 67-84.

de alimentos.

- A segunda prioridade recomenda fomentar um número crescente de cooperativas operárias ou de trabalho, para gerar oportunidades de emprego, de renda e de afirmação pessoal ao crescente número de pessoas desempregadas, vítimas dos rápidos avanços tecnológicos.

- Como terceira prioridade, estimular as cooperativas de consumo para que trabalhem e eduquem a sociedade contra o desperdício e o consumismo exacerbado de hoje, que transforma os "shoppings centers" nas catedrais do século XX para onde todos peregrinam semanalmente ou até diariamente, buscando munir-se de todas as múltiplas novidades mercadológicas, hoje oferecidas.

- A quarta prioridade propõe a criação de comunidades cooperativas nas cidades e em especial nas regiões metropolitanas onde o anonimato, a relação impessoal e fria das grandes metrópoles, a insegurança e a violência, hoje em curso, reclamam espaços de sociabilidade, de tranqüilidade e de vivência comunitária. Essas são necessidades que o cooperativismo pode ajudar a culminar, em especial, a partir de novos modelos de cooperativas habitacionais que não se limitem à mera construção e entrega da casa, mas continuem como cooperativas de prestação de múltiplos serviços urbanos, tais como os de conservação dos imóveis, segurança, creche, áreas de lazer, áreas comuns para o abastecimento de gêneros de consumo, etc. Normalmente, as cooperativas habitacionais realizam seus projetos de construção longe dos centros urbanos, portanto, longe também da série de serviços urbanos. Estes, em boa parte, podem ser assumidos pelas cooperativas habitacionais, após a entrega dos imóveis aos seus associados.

- A quinta prioridade refere-se à urgente necessidade de o cooperativismo trabalhar mais e melhor sua proposta de

sociedade justa, eqüitativa, solidária, democrática e autônoma. Como as cooperativas conseguirão fazer passar a sua mensagem? Por meio de que metodologias educacionais mais adequadas?

- A sexta prioridade refere-se à questão de qual será o lugar e o papel das mulheres e dos jovens nas cooperativas. Em alguns países, certos tipos de cooperativas, em especial as habitacionais e as de economia e crédito mútuo, progredem com rapidez quando sob a influência ou a direção de mulheres cooperativadas. A participação em relação a tudo o que concerne à vida da cooperativa, deve ser partilhada em igualdade de condições pelos dois sexos. Nossa época é desafiada a superar a discriminação sexual e etária existente na maioria de nossas cooperativas. As cooperativas devem empenhar-se para que homens e mulheres sejam parceiros nos compromissos, nas responsabilidades e também nos benefícios.

- A sétima prioridade refere-se ao novo tipo de relação que o cooperativismo deve estabelecer com o Estado. Não mais um Estado todo-poderoso, paternalista e intervencionista, mas um Estado parceiro de ações conjuntas com o cooperativismo em prol do bem comum, complementando, apoiando ações cooperativas, especialmente junto aos setores mais pobres e excluídos.

7 Problemas e desafios das cooperativas para os próximos anos.

Até aqui desenvolveram-se conceitos que orientam o “dever ser” dessas realidades, que podem ser atacados com mais formação e mais cooperativas. Porém, na vivência diária, quais são os principais problemas que as cooperativas

enfrentam?

As empresas em geral e as cooperativas em particular, passam hoje por uma fase crítica: o ambiente externo é o que mais as desafia: falta de coerência e continuidade de uma política oficial no relativo à atividade econômica, particularmente da atividade industrial, agrícola, serviços, etc. Até 1994, as empresas igualmente estavam ameaçadas pelas elevadas taxas de inflação, que se aproximavam de uma hiperinflação. Continuam enfrentando elevados custos financeiros, em consequência das elevadas taxas de juros dos financiamentos que, de longe, representam o maior ônus das empresas, não mais o custo da mão-de-obra.

7.1 De forma mais específica, as cooperativas enfrentam o efeito dos seguintes problemas:

7.1.1 Desafios internos

Há sérias carências na gestão das cooperativas, com pouca qualificação administrativa, contábil e financeira.

- Carência de líderes que saibam, ao mesmo tempo, mobilizar os associados e dirigir com competência as cooperativas.

- Carência de cultura cooperativista entre dirigentes, associados e funcionários.

- Crise de identidade do sistema que assimila acriticamente todas as recentes orientações do mercado que seguem a lógica capitalista do lucro e não a lógica da prestação de serviços.

- Carência de um maior desenvolvimento no processo participativo, dificultando a criação de novos espaços e modalidades de participação, através de núcleos de base, organizadas segundo critérios regionais, de especialização, ou de local de trabalho.

- Falta de participação do sócio nas instâncias de decisão

e controle.

- ambiente pouco participativo nas Assembléias Gerais;
- Infidelidade do sócio nas operações com sua cooperativa;

- A relação conflitiva entre o poder e o saber na direção da cooperativa. Com freqüência o executivo contratado ou o técnico sabe mais, conhece mais sobre a cooperativa do que o dirigente eleito. Nesse caso, o presidente pode ser manipulado. Em outras situações, um dirigente eleito, com forte liderança, mas com pouco conhecimento administrativo e de mercado, pode querer ignorar as assessorias dos técnicos e executivos....É o conflito entre o técnico e o diletante, o leigo.

- A conflitiva e tensa busca do equilíbrio entre o serviço ao associado e a necessidade de sobreviver no mercado, em meio à concorrência desenfreada, sem as informações sobre a fluidez e as dinâmicas do mercado.

- Sérios problemas de capitalização. Pelo seu caráter social, pela sua maior transparência contábil e financeira, as cooperativas têm mais dificuldades em capitalizar-se do que as empresas da concorrência. A dificuldade de capitalização própria leva muitas cooperativas a crescer, a expandir-se com recursos de terceiros, o que inevitavelmente gera dependências, subordinação.

7.1.2 Desafios externos. Entre outros, temos:

- A necessidade de construir uma relação mais madura e autônoma com o poder público, em nome dos princípios do Movimento. Alguns ramos do cooperativismo ainda dependem demais de apoio do poder público para consolidarem suas atividades. Dependem demais de recursos e apoios públicos para crescerem e consolidarem-se. Mantendo e alimentando por muito tempo, essa expectativa, jamais serão cooperativas sólidas e autônomas. Surge o tempo favorável para a construção de parcerias, especialmente nas relações

com o poder público municipal. Com ele é possível construir parcerias muito úteis, especialmente nas questões da educação, da saúde, da habitação, etc. Nesse aspecto, seria recomendável uma nova visão de desenvolvimento, com uma revalorização das prioridades de investimento, do gasto público, dos tributos e dos subsídios, priorizando o desenvolvimento local e municipal, lá onde a maior parte dos cidadãos reside, trabalha e realiza seus projetos de vida. Por isso, há a necessidade de uma “economia cidadã”, com maior participação da comunidade, valorizando também os investimentos privados, mas sempre em razão de maior produtividade econômica e social.

- Há carência de maior integração e cooperação inter-cooperativa entre os diversos ramos do cooperativismo. Vários ramos do cooperativismo brasileiro já construíram boas estruturas de integração interna ao ramo, falta, porém mais integração entre os diversos ramos ou segmentos.

- A excessiva subserviência de várias cooperativas aos “discursos da conjuntura”, aceitando acriticamente todas as novidades que aparecem no mercado, sem distinguir o trigo do joio. As novas teorias ou tendências administrativas e de mercado, são formuladas num contexto de capitalismo neoliberal, motivadas pelo lucro, que necessariamente deveriam ser filtradas, deveriam passar por um processo de releitura, ao serem aplicadas a contextos cooperativos, que se orientam pela economia dos serviços.

CONCLUSÃO

As cooperativas, pela natureza de suas organizações, têm um papel relevante a desempenhar no processo de desenvolvimento sustentável, sobretudo, nas suas derivações locais e regionais. Pois é próprio de tal desenvolvimento desencadear uma nova maneira de combater a pobreza e pro-

mover o desenvolvimento de localidades carentes, promovendo uma melhoria de vida das populações e a conquista de modos de vida mais sustentáveis.

As cooperativas, geralmente, são de âmbito municipal ou regional, permitindo-lhes contribuir diretamente com o desenvolvimento local, até mesmo pelo interesse econômico desta.

O cooperativismo contribui igualmente no combate ao desemprego, gerando trabalho e, até, emprego o que permite mais renda girando novos bens e serviços junto à população.

O cooperativismo conscientiza as pessoas treinando-as para serem participativas e democráticas, mas ao mesmo tempo, as qualifica para dirigirem bem seu empreendimento melhorando sua produção e serviços.

Constitui um dos objetivos básicos do cooperativismo, empenhar-se pelo bem-estar econômico, social, cultural e humano de seus associados que, por sua vez, são parte integrante das comunidades locais. A construção do bem-estar das pessoas também vem refletir-se no desenvolvimento local e regional. O cooperativismo, além de colaborar para a expansão do mercado interno, na medida em que valoriza a qualidade dos serviços prestados em detrimento do lucro, fomenta um crescimento auto-sustentado, ao reforçar o aproveitamento do excedente produzido para o destino da melhoria da produção e dos serviços junto aos associados e junto à comunidade.

BIBLIOGRAFIA

BELTRÃO, Pedro Calderan. Sociologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Edit. Globo, 1965, p. 115

BOGARDUS, Emory. Principípios y problemas del cooperativismo,. México: Libreros Mexicanos Unidos, 1964, 267 p.

CASTRO, Horácio Fábio. "Elementos para uma semiótica discursiva do conceito de desenvolvimento sustentável", in Ver. Estudos V, Goiânia, v.V 28. No. 2, Edit. Universidade Católica de Goiânia, 2000., pp.219-238.

CORAGGIO, José Luiz. " Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado". Revista PROPOSTA, No. 72, março/maio de 1997, pp. 31-38

LAILAW, Alexander F. As cooperativas no Ano 2.000 - Relatório da Aliança Cooperativa Internacional-ACI, 1980) (Edição em português: As cooperativas no ano 2000 - Relatório da ACI, apresetnado no XXVII Congresso de Moscou em 1980. Belo Horizonte: Edic. OCEMG - Coleção Ato Cooperativo No. 1, s.d.

LAMBERT, Paul. La doctrina cooperativa. Buenos Aires: INTERCOOP, 1977, 357p.

LEBRET, Joseph Louis. Dinámica concreta del desarrollo. Barcelona: Herder, 1966.

MONTEIRO DA COSTA, J.M. «O desenvolvimento sustentável. Belém: Ed. da UFPA, 1997, apud CASTRO, Fábio Horácio, op. cit. p. 221.

VEGA, Daniel Navas. Aporte de las cooperativas a un proceso de desarrollo con equidad en América Latina. Santafé de Bogotá: ALCECOOP y Consultamérica, 1995, 106 p.

NAVAS VEGA, Daniel. «Perspectivas de desarrollo futuro del cooperativismo en un periodo de crisis y transformaciones politicas, economicas y sociales». Santiago: ICECOOP, 1986.

NEGRET, R. "Na trilha do desenvolvimento sustentável. Brasília: Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável, 1994.

THIELEN, Helmut. Ecologia crítica - Conviver e cooperar com a natureza. São Leopoldo: Edit. Unisinos, primavera de 2001, 210 p.